

# Segregação urbana e emprego

Avance de investigación en curso

GT 02- Ciudades Latinoamericanas en el nuevo milênio

Ângela Maria de Carvalho Borges (UCSal)\*

Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UCSal e UFBA)\*\*

## Resumo

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa mais ampla sobre os efeitos da segregação sócio-espacial no que se refere ao acesso ao emprego nas regiões metropolitanas brasileiras, a partir da análise desse fenômeno na Região Metropolitana de Salvador. Baseando-se em microdados do Censo e da RAIS para a Região Metropolitana de Salvador em 2010 e utilizando recursos de georeferenciamento, ele evidencia como a distribuição do emprego (e, notadamente dos postos formais) encontra-se concentrada em uma faixa estreita e privilegiada do território urbano e dissociada da distribuição da população, discutindo os determinantes desse fenômeno e suas implicações.

**Palavras Chave:** Segregação socio-espacial; mercado de trabalho; desigualdades

## Introdução

Este capítulo analisa a relação entre a segregação socioespacial e o emprego, dimensão ainda pouco explorada nas discussões sobre os problemas ocupacionais que afetam as grandes cidades brasileiras, a partir de dados da RAIS sobre a distribuição espacial das oportunidades de emprego formal na cidade de Salvador.

Expressando a estratificação social sobre o espaço urbano, essa segregação constitui uma das características básicas das referidas cidades, refletindo-se sobre a distribuição de bens e oportunidades, sobre as desigualdades e as condições sociais. Como diversos autores têm assinalado<sup>1</sup>, a diferenciação do território e o local de residência têm efeitos significativos, interferindo sobre o acesso a serviços básicos, sobre as condições de escolaridade, os padrões de sociabilidade, a constituição de redes e o acúmulo de capital social e cultural. E, nos espaços degradados onde se concentram os grupos mais vulneráveis, isso contribui para reproduzir ou acentuar suas dificuldades de subsistência, entre outros aspectos, porque a desvalorização simbólica e a estigmatização desses espaços se estende a seus moradores.

No que tange ao acesso a serviços educacionais, por exemplo, estudos como os de Torres (2005), Burgos (2008), Ribeiro e Katzman (2008) ou Ribeiro e Koslinsk (2010) têm ressaltado a tendência de as escolas públicas se diferenciarem conforme a composição social da área onde estão

---

\* Doutora em Ciências Sociais, professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Trabalho – NET/UCSal e do Observatório das Metrôpoles. E-mail: angelborges@uol.com.br.

\*\* Doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, do CNPq e do Observatório das Metrôpoles. E-mail: [inaiammc@ufba.br](mailto:inaiammc@ufba.br).

<sup>1</sup> Ver entre outros, Bourdieu, 1999, Wacquant, 2001, Ribeiro, 2008, Torres, 2005, Marques e Torres, 2005, Ribeiro e Katzman, 2008, Burgos, 2009, Gomes e Amitrano, 2005, Vignoli, 2008, Ribeiro, Kolinski, Alves e Lasmar, 2010, Solis e Puga, 2011.

localizadas, com sérias desvantagens para aquelas que servem a moradores de favelas, periferias e outras áreas pobres da cidade.

Atendendo a uma clientela homogênea e oriunda de famílias de baixa renda e escolaridade, essas escolas são comumente precárias e superlotadas. As regras de contratação e alocação no serviço público direcionam para elas aqueles professores que obtiveram uma menor pontuação nos concursos ou os recém ingressos no magistério, enquanto os mais experientes ou com maior pontuação normalmente escolhem escolas mais centrais, que consideram “menos problemáticas” em termos de localização, transporte e perfil do alunato. Além disso, mesmo sendo hoje mais expressiva a parcela de professores oriundos dos segmentos mais pobres da população, de uma maneira geral, esses profissionais estão pouco preparados para lidar com uma clientela que foge aos modelos idealizados e tendem a desenvolver uma visão preconceituosa e estigmatizadora das características e comportamentos dos alunos e de suas condições de aprendizagem. Nessas condições, a escola pública não consegue assegurar a esses alunos a aprendizagem e o avanço necessários para o alcance das credenciais educacionais exigidas crescentemente para a conquista de melhores condições ocupacionais. Além disso, a influência do processo de segregação sobre o acesso e as condições de inserção no mercado de trabalho também está associada a fatores como redes e capital social, e o estigma que se abate, muitas vezes, sobre os moradores das áreas segregadas.

Como, para os trabalhadores de menor escolaridade e renda, as informações e o acesso às oportunidades de trabalho dependem, principalmente, de contactos e indicações pessoais, a homogeneidade da vizinhança e a estreiteza das redes sociais também representam um fator adverso à incorporação produtiva dos que residem nas áreas em questão. Algumas dessas áreas, desvalorizadas e marcadas pela informalidade e pela reduzida presença do Estado e das instituições de controle e segurança pública, têm se tornado presas do tráfico de drogas e do crime organizado. Organizações criminosas têm se apropriado desses territórios, articulando, daí, suas ações no espaço mais amplo da cidade, dominando os moradores locais e recrutando jovens pobres e sem perspectivas para o consumo de drogas e a delinquência. Associados ao crescimento das desigualdades e à superposição das carências, esses fenômenos têm contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência, transformando as áreas em apreço em “territórios penalizados e penalizadores”, situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma residencial poderoso (Wacquant, 2001).

Assim, como assinala Seravi (2008), a segregação não se esgota na sua dimensão objetiva. Ela adquire também uma dimensão subjetiva, simbólica, através de processos sociais que levam à construção, atribuição e aceitação de determinados sentidos sobre os diferentes espaços e segmentos sociais, produzindo e consolidando percepções positivas ou negativas sobre eles. Esses processos têm levado a uma visão estigmatizadora e criminalizante das concentrações residenciais de baixa renda e dos seus moradores, que passam a ser associados à delinquência e à violência, atingindo principalmente os jovens das classes populares, obrigados, algumas vezes, a esconder o seu local de moradia para evitar o estigma, conforme constatado na periferia de Salvador e de outras cidades.

Ademais, a busca e a inserção ocupacional, as condições de vida dos segmentos sociais em apreço e a própria dinâmica mais ampla das cidades também parecem ser afetadas negativamente pela distribuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços e das oportunidades de emprego e de obtenção de renda no espaço urbano, dada a crescente distância entre os locais de residência e de trabalho da grande maioria da população.

Como se sabe, o processo de crescimento das cidades tende a combinar a expansão e a dispersão física do território urbano, com a concentração dos fluxos e atividades em determinados pontos desse território e a agregação de novas centralidades ao centro tradicional. Abordando essa questão, Fonsêca

(2012) assinala que, em países desenvolvidos, a localização das novas centralidades está associada aos principais fluxos da rede viária, aos grandes terminais de transporte de massa, à indução do poder público e à implantação de grandes equipamentos em áreas escolhidas por investidores privados.

Nas metrópoles brasileiras, a infraestrutura também pesa na determinação das decisões locacionais, o que leva à concentração de investimentos nos bairros de renda média e alta, os únicos melhor equipados, uma decisão locacional que é influenciada também pelas preferências dos trabalhadores mais qualificados que ocupam as posições-chave dos processos produtivos (inclusive a gerência) por trabalhar na proximidade de suas áreas residenciais. Além desses fatores, que atuam em todos os países, a concentração do poder aquisitivo nas camadas de renda média e alta, minoritárias, constituiu-se no principal determinante da concentração dos estabelecimentos comerciais e de serviços nos bairros de proximidade residencial desses grupos.

A partir de meados da década de 2000, a reativação do mercado de trabalho, a elevação do salário mínimo, o alargamento dos contingentes com acesso ao crédito ao consumidor e as políticas de transferência de renda alteraram significativamente a composição do mercado consumidor brasileiro. Amplia-se a participação das camadas mais pobres, as quais – renomeadas como “classes C e D” pelo segmento empresarial e de “nova classe média” no discurso governamental – já representam uma grande parcela desse mercado, em especial nos itens típicos da segunda revolução industrial – eletrodomésticos, automóveis, mobiliário, etc –, mas também acessam, em massa, o mercado de serviços pessoais, de viagens e de turismo. Tudo isso abre a possibilidade de uma reconfiguração do espaço metropolitano com uma redistribuição dos empreendimentos imobiliários, comerciais e de serviços, embora uma mudança desse tipo ainda não seja visível nas informações existentes sobre o mercado de trabalho, aqui trabalhadas tomando-se como referência o ano de 2010.

Já nas áreas densamente povoadas e homogêneas, onde reside a grande maioria da população, o baixo poder aquisitivo dos moradores nem sempre é suficiente para estimular o surgimento de subcentros fortes e de maiores oportunidades de emprego formal. Muitas dessas áreas sediam apenas algumas atividades mais imediatamente ligadas à reprodução, como bares ou pequenas mercearias, obrigando os que ali residem a longos deslocamentos para procurar emprego e para trabalhar, dependendo de um sistema de transportes coletivo lento e precário e arcando com os custos monetários e não monetários desse deslocamento. Tudo isso pode representar mais um obstáculo à integração produtiva, notadamente no caso daqueles grupos com atributos menos valorizados no mercado de trabalho, como os jovens, os negros, as mulheres e aqueles dotados de menor escolaridade.

Pesquisa realizada por Fonsêca (2012) constatou a reduzida localização e diferenciação dos estabelecimentos de comércio e serviços na periferia de São Paulo, enquanto as áreas com maior densidade de uso e de fluxos estão localizadas nas regiões próximas ao centro expandido e ocupadas pela população de maior poder aquisitivo.

Em 2001, por exemplo, 74% dos empregos estavam situados em 34 distritos contíguos e centrais da cidade, enquanto os demais se encontravam dispersos nos 62 distritos censitários que compõem a periferia. Estudando os impactos da segregação residencial sobre o nível de emprego e de rendimentos também a partir do caso de São Paulo e de sua região metropolitana, Gomes e Amitrano (2005) comprovaram que, independentemente de outros atributos sociais (sexo, cor, juventude e escolaridade), a população residente nas áreas mais pobres convive com maiores taxas de desemprego. Entre outros fatores, isso também está correlacionado com a baixa oferta de postos formais nas referidas áreas, e, dentro da oferta existente, as remunerações são mais baixas. Para aumentar suas oportunidades ocupacionais esses moradores pobres têm de arcar com os custos e problemas de transporte para as regiões centrais.

Propondo-se a discutir como esses fenômenos se apresentam no caso de Salvador, este texto trata, inicialmente, das características do mercado de trabalho e do padrão de segregação da cidade. Analisa, a seguir, a distribuição dos postos de trabalho formais nas diversas áreas de seu território a partir de dados da RAIS e conclui com algumas observações sobre os impactos mais amplos dessa distribuição sobre a população e sobre a vida cotidiana da cidade.

### **Mercado de trabalho e segregação socioespacial em Salvador**

Fundada no período colonial com funções político-administrativas e mercantis, Salvador sediou o governo geral do Brasil até 1763 como a mais importante cidade brasileira. Mas, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, a decadência da base exportadora local e, posteriormente, a constituição de uma economia de base industrial no país e sua concentração no centro-sul, a cidade passou por um longo período de estagnação econômica, populacional e urbana.

Entretanto, com a descoberta e exploração de petróleo na sua área de influência, os investimentos industriais incentivados pelas políticas nacionais de desenvolvimento regional dos anos 1960 e a implantação, na sua área metropolitana, do Polo Petroquímico de Camaçari e de outros empreendimentos para a produção de bens intermediários, da década de 1970 para 1980, a capital baiana passou a experimentar grande dinamismo e transformação, com o surgimento de novas empresas e a criação de várias instituições públicas. O emprego na indústria da transformação se expandiu apenas em municípios vizinhos, mas a construção civil foi dinamizada, o comércio e os serviços foram incrementados e diversificados, a administração pública foi modernizada e o mercado de trabalho metropolitano – mas também o de Salvador – se ampliou significativamente.

Tais transformações incidiram sobre um mercado historicamente marcado por uma superoferta de mão de obra de baixa qualificação (reforçada pela atração de fluxos migratórios para Salvador e sua área metropolitana), pela vinculação de uma grande parcela da força de trabalho a ocupações precárias e de baixa remuneração e ainda por uma baixa oferta de postos de trabalho de qualidade. Por isso, mesmo na fase de maior crescimento, quando a capital baiana colocou-se entre as metrópoles mais dinâmicas do país, os problemas ocupacionais e a pobreza de amplos segmentos da população mostraram-se persistentes, agravando-se com a crise e as transformações das décadas de 1980 e 1990 (Borges, 2003).

Assim, mesmo com a relativa recuperação dos últimos anos, ao final da primeira década do século XXI, persistem as características que sempre marcaram historicamente o panorama ocupacional da capital baiana, como ilustram os dados do último Censo. Apesar da expansão da economia e dos empregos com carteira assinada na segunda metade da referida década, Salvador ainda possuía 17,6% empregados sem registro na carteira, 18,7% trabalhadores por conta própria e 1,1% não remunerados naquela ocasião. Comércio e serviços eram responsáveis por 82,7% do emprego total, com os serviços domésticos respondendo isoladamente por cerca de 9,1% da ocupação. Finalmente os postos melhor remunerados apareciam em número reduzido, uma vez que 39,4% dos ocupados percebiam um rendimento mensal de até um salário mínimo (considerando a soma de todos os trabalhos), 68,9% de até dois salários mínimos e apenas 6,4% de dez salários mínimos ou mais.

Quando deslocado o foco da análise para o núcleo estruturado, formado pelos postos de trabalho socialmente protegidos do setor público e do setor privado, os indicadores são um pouco melhores, mas a precariedade e a escassez de lugares com maior remuneração também estão presentes, afetando principalmente os segmentos mais escolarizados.

Assim, segundo os dados da RAIS de 2010, com a baixa participação das atividades da indústria de transformação (5,5%), sediadas, sobretudo, em outros municípios da região metropolitana, a geração

de empregos formais no setor secundário destaca-se pela relevância da construção civil, atividade que registrou forte expansão na primeira década do século XXI e que respondia, em 2010, por 10,2% do estoque de vagas no núcleo estruturado do mercado de trabalho. Como a agropecuária é residual no município, a predominância das atividades terciárias na geração de postos de trabalho é ainda mais marcante nesse núcleo (84,2%) do que no conjunto do mercado de trabalho, respondendo o comércio por 16,4% e o conjunto das atividades dos serviços pelos 67,8% restantes.

O peso da administração pública (responsável, conforme dados da RAIS, por 20% dos empregos formais do município) no núcleo do mercado de trabalho é uma das características marcantes de Salvador. Esse fato tem reflexos importantes sobre as chances de inserção dos trabalhadores com poucos anos de estudo, na medida em que as características das atividades desenvolvidas nesse setor levam a que a escolaridade mais elevada e a posse de diplomas sejam pré-requisitos indispensáveis para o acesso a um emprego público.

Destacam-se ainda, pela importância na geração de empregos formais, os serviços técnicos profissionais (14%), de ensino (4,3%) e médico-odontológicos (5,2%), além das atividades de alojamento e alimentação (9,8%) e de transportes (5,4%). Grande parte dessas atividades demanda trabalhadores com maior qualificação e profissionalização, mas também abre espaços para a criação de postos de trabalho menos qualificados, que supõem o desenvolvimento de tarefas rotineiras cuja realização não exige especialização nem elevado investimento em treinamento.

Assim, nos chamados serviços sociais (educação e saúde), destaca-se a participação de três famílias ocupacionais – professores de nível médio e professores de nível superior no ensino fundamental e técnicos e auxiliares de enfermagem – que, juntas, respondem por nada menos do que 9,8% dos postos de trabalho formais de Salvador. Já os trabalhadores em atividades rotineiras em escritórios e no comércio somavam 20,4% dos empregados do núcleo formal do mercado de trabalho (agentes, assistentes e auxiliares administrativos, caixas e bilheteiros; recepcionistas e operadores em lojas e mercados). Outro grande conjunto de famílias ocupacionais com elevada participação no estoque de empregos em Salvador caracteriza-se pela forte presença masculina (trabalhadores braçais na limpeza e conservação e na construção civil; trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações; vigilantes, porteiros e vigias; e serviços de carga e descarga). Todas essas famílias ocupacionais compõem o quadro de pessoal de empresas e de instituições públicas sendo, em alguns casos, ocupações presentes em quase todos os tipos de atividade, independentemente de onde se localizem no espaço urbano.

Quanto aos níveis de remuneração, a concentração dos postos de trabalho nas faixas salariais mais baixas é um traço também observado no núcleo formal do mercado de trabalho da capital baiana embora, nesse caso, a classe modal seja um pouco superior à encontrada para o conjunto do mercado de trabalho. Desse modo, em 2010, conforme dados da RAIS, metade dos empregos registrados pagava, no máximo, dois salários mínimos, e a maior parte desse contingente encontrava-se entre 1 e 1,5 S.M. No outro extremo da distribuição, a participação dos empregos que pagavam 10 ou mais salários mínimos acompanha a marca do mercado de trabalho amplo – apenas 6% –, o que é um sinalizador dos efeitos da reestruturação produtiva sobre esse espaço do mercado de trabalho regional, que se expandiu nos anos 2000, embora rebaixando as retribuições dos postos de trabalho nele existentes e aumentando a concorrência entre os trabalhadores mais escolarizados pelas vagas que correspondem à expectativa daqueles que alcançaram os diplomas de nível superior.

As informações sobre a escolaridade dos empregados do núcleo formal confirmam as análises existentes sobre a crescente importância do número de anos de estudo, especialmente dos diplomas fornecidos pelo sistema educacional para o acesso a uma vaga no núcleo protegido do mercado de trabalho. No caso de Salvador, a valorização dos diplomas é acentuada pela predominância das

atividades de serviços, num contexto de rápida ampliação dos contingentes de portadores de diploma de nível médio e superior nas gerações mais novas (Borges, 2003). Em 2010, apenas 23,4% dos empregados informados pela RAIS não tinham diploma de nível médio, 57,1% já tinha esse diploma e 19,5% tinha curso superior completo.

Mas, como se sabe, os problemas de incorporação ao mercado de trabalho não atingem grupos de trabalhadores com a mesma intensidade. Atributos como sexo, idade, cor e escolaridade agravam as dificuldades de inserção, tornando mais vulneráveis ao desemprego e à informalidade alguns segmentos, como as mulheres, os negros, os jovens e os menos escolarizados, os quais estão sobre-representados nos postos de trabalho de menor qualidade, desprotegidos, inseguros e com baixos rendimentos.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) retrata as desvantagens desses segmentos: em 2012, as taxas de desemprego das mulheres eram superiores às dos homens (respectivamente, 21,2% e 14,5%); a dos negros superior à dos não negros (18,1% e 13,6%); e a dos jovens de 16 a 24 anos atingia 34,7%; enquanto a taxa média era de 17,7% e a dos adultos entre 40 e 44% de 10,7%.

Obviamente, tais atributos não são suficientes para explicar as desigualdades existentes no mercado de trabalho de Salvador, sendo necessário, para isso, incorporar mais duas variáveis, estreitamente articuladas e que são consideradas na análise da relação entre a segregação socioespacial e o emprego, objeto deste estudo: os níveis de renda (uma *proxy* imperfeita da posição na hierarquia social) e os locais de residência na metrópole.

Assim, as mulheres, os negros e os jovens, sobretudo aqueles que residem em áreas periféricas e segregadas, são os que vão se defrontar com maiores dificuldades para acesso a um posto de trabalho protegido e, dentre eles, com indicam os dados sobre o perfil de escolaridade dos ocupantes desses postos, acumulam mais desvantagens aqueles com mais baixa escolaridade e que não possuem os diplomas valorizados pelo mercado, os quais têm reduzidas possibilidades de acessar um posto de trabalho formal, permanecendo nos espaços mais precários e desprotegidos do mercado de trabalho regional, mesmo em uma conjuntura de expansão do emprego e de ganhos salariais.

No caso de Salvador, o padrão atual de segregação socioespacial se conformou e consolidou basicamente a partir da década de 1960, com o processo de crescimento, modernização e expansão econômica da cidade e a constituição de sua região metropolitana, que incidiu, inicialmente, sobre uma rede urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade estagnada há muitas décadas, exigindo uma transformação, que se deu de forma rápida e abrupta, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana e uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia.

A abertura das chamadas “avenidas de vale” extirpou do tecido urbano mais valorizado vários assentamentos da população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador. Além disso, comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura Municipal, que detinha a maioria das terras urbanas, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas através da Lei de Reforma Urbana de 1968 e erradicou ocupações populares localizadas na orla marítima, reservando essa área para o turismo, outro componente da estratégia de crescimento e modernização da cidade (Souza, 2000).

Impulsionado por grandes empreendimentos públicos e privados realizados nos anos anteriores – como a construção de um novo Centro Administrativo, a Avenida Paralela, uma nova estação rodoviária e o primeiro grande *shopping* da cidade –, na década de 1980, consolidou-se um novo centro, direcionando a expansão urbana no sentido da orla norte e contribuindo para o esvaziamento e posterior decadência do centro tradicional, na área antiga de Salvador. Esse conjunto de intervenções,

associadas à realização de investimentos complementares e seletivos, centrados na infraestrutura e no projeto industrial, contribuiu decisivamente para a conformação de um novo padrão de espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a Orla Marítima Norte, o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos.

O primeiro constitui a área “nobre” de Salvador, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos, os interesses do capital imobiliário, e, como será visto, as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda, ainda que elas ainda sejam relevantes na área central. O segundo, que tem esse nome pela sua localização no centro geográfico do município, começou a ser ocupado com a implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa”, na fase áurea do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas ocupações irregulares, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário começou a ser habitado com a implantação de uma linha férrea, em 1860, constituindo, a partir de 1940, a localização de vários loteamentos populares e ocupações irregulares. Para aí também foram transferidos moradores dos assentamentos erradicados pela Prefeitura da área “nobre” da cidade, de forma que o Subúrbio se transformou em uma das áreas mais carentes da capital baiana, marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos, pela pobreza dos seus moradores e, mais recentemente, por altos índices de violência.

Assim, a apropriação diferenciada do território urbano se consolidou e se intensificou com o surgimento da Salvador moderna, com a ocupação do centro e da Orla Atlântica pelas camadas de média e alta renda e a concentração da população de baixa renda (predominantemente negra e menos escolarizada) em áreas distantes, carentes e segregadas do Miolo e do Subúrbio, ou em municípios limítrofes da capital baiana, como Lauro de Freitas ou Simões Filho.

Essa apropriação e os padrões de segregação dela resultantes foram identificados e analisados por Carvalho e Corso (2008), com base nos dados do Censo de 2000 e na metodologia do Observatório das Metrôpoles. Essa metodologia envolveu a classificação da população economicamente ativa e sua agregação em categorias mais abrangentes, a partir do pressuposto de que o trabalho constitui a variável básica para a compreensão das hierarquias e da estrutura social, traduzindo, em grande medida, o lugar que as pessoas ocupam nas relações econômicas e a dimensão simbólica que tem esse lugar. Em um segundo momento, considerou-se a distribuição dessas categorias no espaço urbano, utilizando como recorte territorial áreas definidas por uma agregação de setores censitários utilizado no Censo de 2000 pelo IBGE. Levando em conta como as diversas categorias estão representadas no território de Salvador, foi elaborada uma tipologia que as classificou como superior, média superior, média, popular, popular inferior, popular operário-agrícola e popular agrícola, de acordo com a composição dos seus moradores.

Na categoria superior, predominam os grandes empresários, os dirigentes do setor público e do setor privado, ao lado do grupo denominado como “intelectuais” (profissionais de nível superior, autônomos ou empregados); na média superior, o predomínio é dos “intelectuais”; na média, os profissionais de nível superior se misturam com pequenos empregadores e trabalhadores em ocupações técnicas, de escritório, ocupações médias de educação e saúde e similares; nas áreas de tipo popular, predominam trabalhadores manuais da indústria e do comércio, assim como prestadores de serviços com alguma qualificação; nas classificadas como popular inferior, há uma conjugação desses trabalhadores com prestadores de serviços não qualificados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros. Como popular-agrícolas foram classificados aquelas que possuem uma presença mais significativa de trabalhadores rurais, áreas menos valorizadas e com baixa densidade demográfica, situadas em alguns municípios limítrofes da capital baiana.

Com base nessa classificação, fica patente a ocupação da Orla Atlântica basicamente por grandes empregadores, dirigentes e trabalhadores “intelectuais”, ressaltando-se alguns enclaves como o Nordeste de Amaralina, a Boca do Rio e o Bairro da Paz. Como já foi mencionado, nesses espaços se concentram os equipamentos públicos e privados mais importantes, modernos centros de comércio e serviços, grandes equipamentos urbanos (como *shoppings centers*, parques e centro de convenções), assim como as oportunidades de trabalho e obtenção de renda. Os setores médios também ocupam essas áreas, assim como o centro tradicional e as áreas mais antigas da cidade.

As áreas populares abrigam a população que não tem possibilidades de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional, alojando-se tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente construídas no Miolo e (ou) no Subúrbio. Os trabalhadores de subsistência têm forte presença nessas áreas e em alguns pequenos interstícios da Orla Atlântica, como mostra o Mapa 1, a seguir. Nele, para permitir a comparação com os dados da RAIS de 2010, sistematizados por Regiões Administrativas (RAs), foram traçados os limites das RAs e informadas as denominações dessas regiões.

**Mapa 1**  
**Tipologia socioespacial e Regiões Administrativas**  
**Salvador 2000**



**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico de 2000. Mapa elaborado por Gilberto Corso.

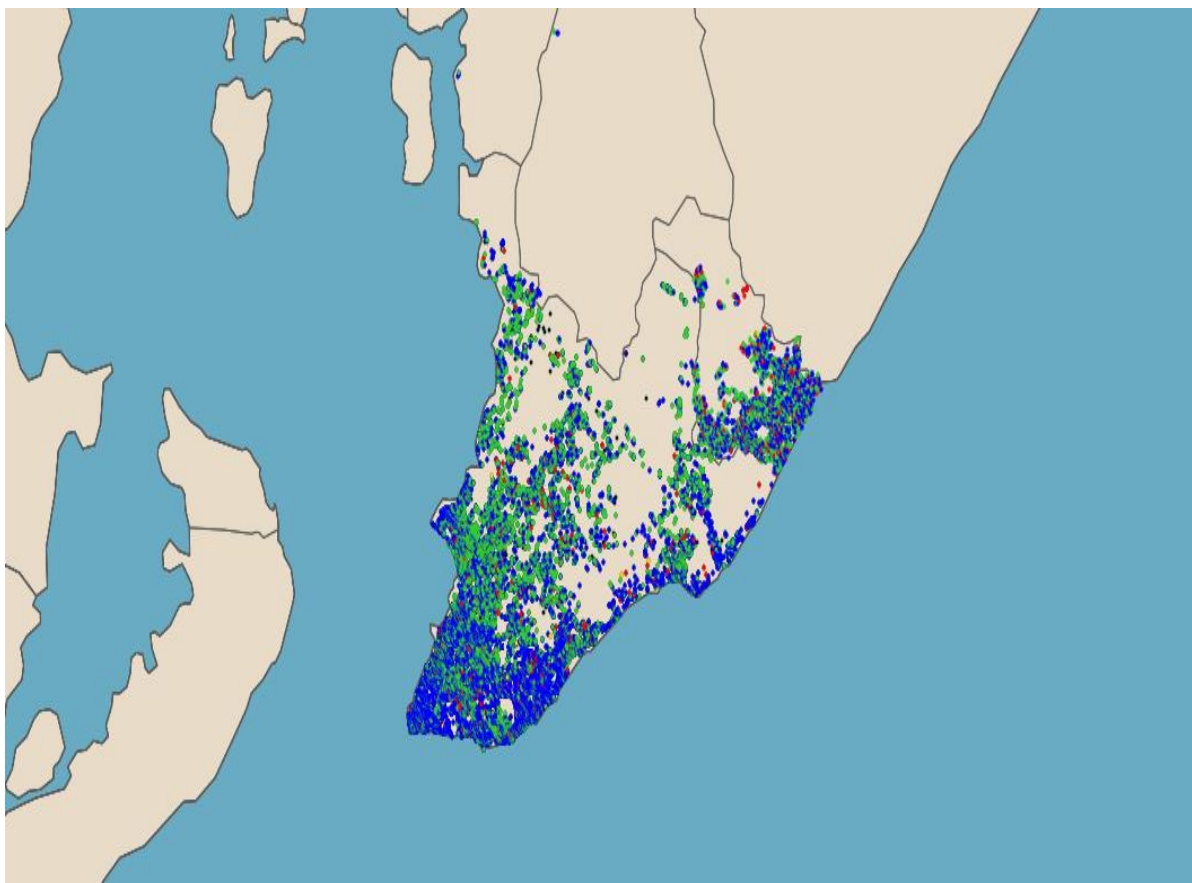


## **Distribuição espacial dos estabelecimentos e dos empregos**

Abarcando o conjunto de postos de trabalho formalizados, tanto no setor público quanto privado, os dados da RAIS corroboram o perfil do mercado de trabalho desenhado pelo IBGE e, quando georeferenciados, permitem observar a distribuição dos empregadores (estabelecimentos) e dos empregos no território da capital baiana, com um padrão que reforça a segregação dos segmentos pauperizados.

Como ocorre normalmente nas grandes cidades brasileiras e latino-americanas, é no centro comercial e nas áreas afluentes da cidade que se concentram as oportunidades de trabalho e obtenção de renda. A distribuição espacial dos estabelecimentos, apresentada no Mapa 2, mostra a concentração de negócios nas regiões administrativas do Centro (tradicional) e da Orla e como são poucos os estabelecimentos empregadores nas RAs densamente povoadas do Miolo, dos Subúrbios Ferroviários e na RA de Valéria, área de expansão para o interior, às margens da BR 324, em direção aos municípios industriais vizinhos. Cotejando as informações dos dois Mapas, a tipologia socioespacial (Mapa 1) com a distribuição dos estabelecimentos por Regiões Administrativas (Mapa 2), observa-se que as RAs da Pituba, Barra e Rio Vermelho correspondem às áreas classificadas como do tipo superior ou médio superior e que as RAs de Tancredo Neves e Pau da Lima, Cajazeiras, Subúrbios Ferroviários e Valéria ficam nas áreas do tipo popular inferior, que concentram os trabalhadores manuais de baixa renda, os prestadores de serviços menos qualificados, os trabalhadores domésticos e biscateiros, etc.

**Mapa 2**  
**Estabelecimentos por grande setor de atividade**  
**Salvador, 2010**



**Fonte:** MTE. RAIS. DIEESE/SETRE. Observatório do Trabalho

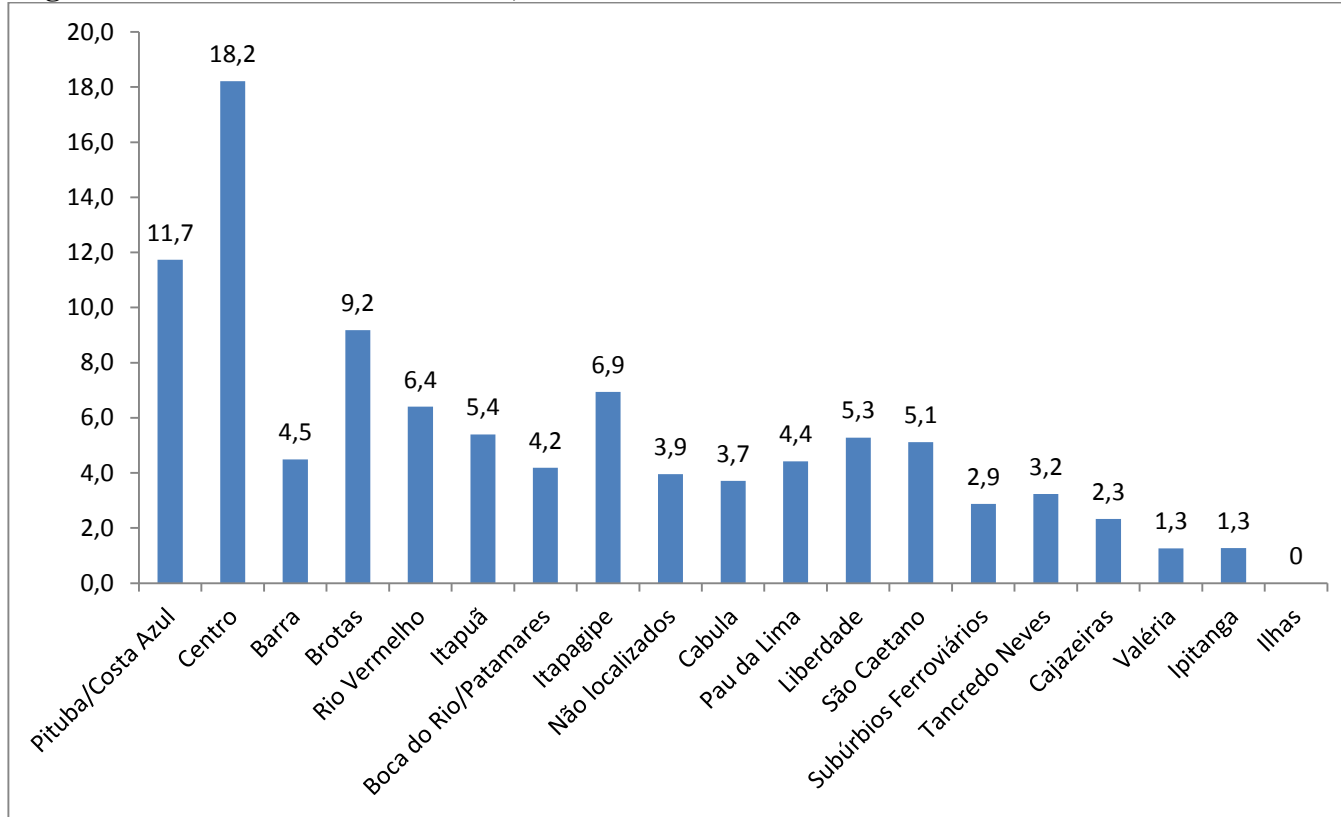
**Legenda:** ■ Serviços; ■ Comércio; ■ C.Civil

Os Gráficos 1, 2 e 3 informam a distribuição percentual dos estabelecimentos com declaração na RAIS, por Região Administrativa, e confirmam as vantagens locacionais das RAs já destacadas: quase 65% dos estabelecimentos de Serviços estão em apenas quatro RAs (Pituba – Costa Azul, Centro, Barra e Brotas) e 80% em sete delas (quando computados Rio Vermelho, Itapuã, Boca do Rio/Patamares), com os demais estabelecimentos pulverizados nos outros espaços da metrópole, o que é coerente com a composição socioeconômica das RAs.

Como se vê, a concentração dos estabelecimentos empregadores é mais acentuada nas atividades de Serviços (que geram a maior parcela dos empregos formais) do que no Comércio, melhor distribuído espacialmente e com forte presença em espaços densamente habitados pelos estratos médio e popular, como as RAs da Liberdade, São Caetano, Itapagipe e Cabula, de ocupação mais antiga. Os estabelecimentos da Construção Civil, bem menos numerosos, estão espalhados pelo território, com destaque para as áreas da Orla e do Miolo, que vêm concentrando investimentos públicos e privados.

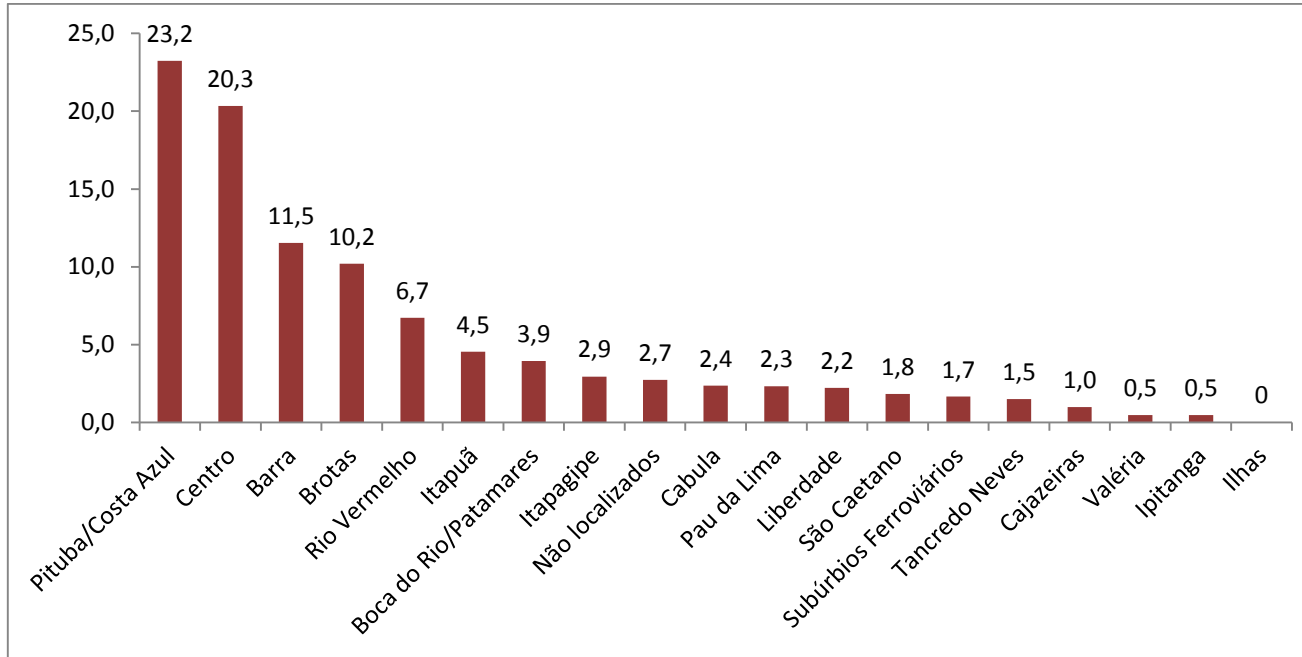
Os empreendimentos de serviços organizados empresarialmente estão localizados sobretudo nas áreas próximas ao seu mercado consumidor (famílias de renda média e alta), grandes concentrações de trabalhadores e de empresas. Nas demais RAs, tais atividades, sobretudo os serviços pessoais, tendem a apresentar um elevado nível de informalidade. Já os estabelecimentos comerciais formalizados, embora também desigualmente distribuídos no espaço urbano, têm forte presença em alguns espaços de ocupação mais antiga e consolidada dos tipos médio e popular como as RAs de Liberdade, São Caetano, Itapagipe e Cabula. Aparecem também, em maior proporção, em RAs mais homogeneamente pobres, o que parece revelar uma tendência recente à expansão desse tipo de negócio nessas áreas, puxada inclusive pelas grandes redes de supermercados e do comércio varejista, que têm se voltado para essa faixa do mercado consumidor, uma das que mais se expandem e que apresentam ganhos salariais reais e crescente acesso a crédito.

**Gráfico 1 - Distribuição percentual dos estabelecimentos formais do setor Serviços  
Regiões Administrativas de Salvador, 2010**



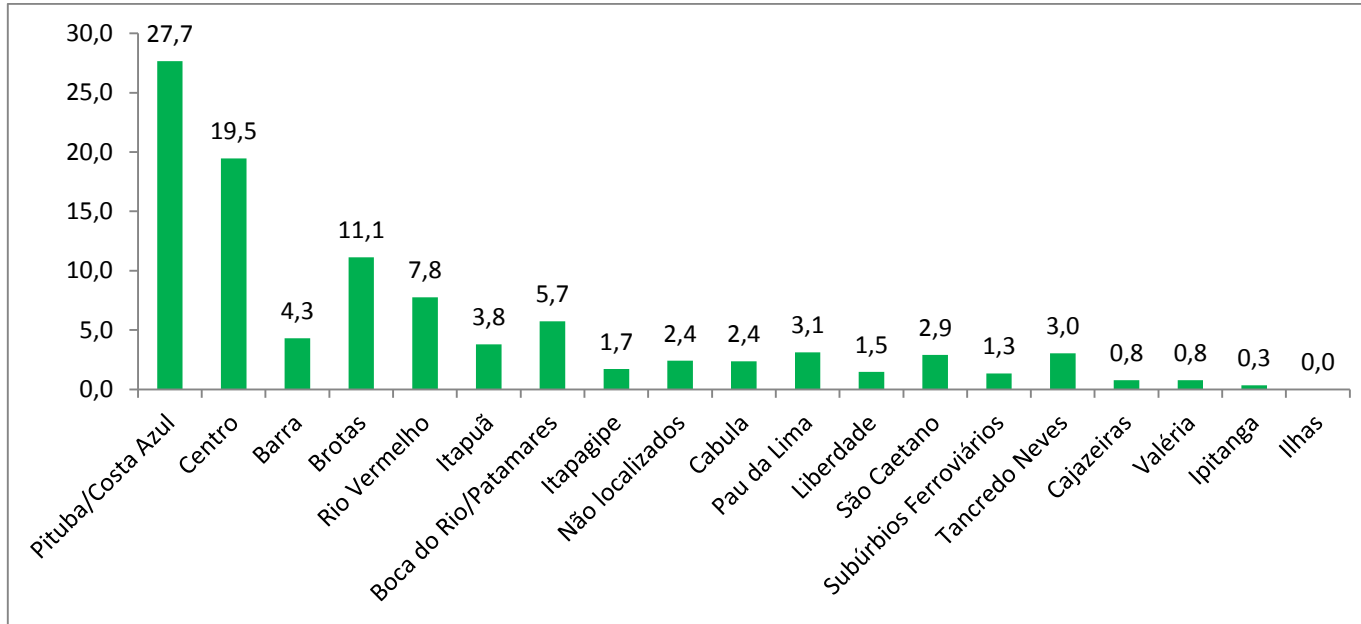
Fonte: MTE. RAIS

**Gráfico 2 - Distribuição percentual dos estabelecimentos formais do setor Serviços  
Regiões Administrativas de Salvador, 2010**



Fonte: MTE. RAIS

**Gráfico 3 - Distribuição percentual dos estabelecimentos formais do setor Construção Civil Regiões Administrativas de Salvador, 2010**



Fonte: MTE. RAIS

A distribuição desigual da atividade econômica no espaço urbano vai se traduzir na concentração dos empregos formais em algumas regiões, de modo desproporcional à distribuição da população. Esse desajuste entre a concentração dos empregos e da população fica patente na Tabela 1, em especial no indicador Razão Postos de Trabalho/Mil habitantes. Na RA Centro, que corresponde à área de ocupação mais antiga da cidade e sediava, até os anos 70, o centro administrativo e econômico da capital baiana, o número de postos de trabalho formais (20,3% do total) é superior ao da população residente (apenas 3,5%), configurando a situação mais comum de um centro urbano que já perdeu, em muitos trechos, a função residencial. A permanência dessa concentração no centro antigo vai beneficiar os moradores das regiões mais próximas e (ou) mais bem servidas de vias de acesso a essa área.

No restante do território, os empregos concentram-se, sobretudo, nos espaços da Orla, predominantemente ocupados pela população de renda média alta e alta, ou se situam na proximidade dessas concentrações. Mais precisamente, a RA Pituba – Costa Azul, que ocupa a faixa interior da costa e onde está localizado o moderno centro comercial e de serviços da capital (Iguatemi, Av. Tancredo Neves), apresenta a segunda maior razão empregos/mil hab com (742,2). Nela eram encontrados 19,3% dos empregos formais da cidade em 2010; nas RAs Barra (6,6% dos empregos), Rio Vermelho (4,4%), Boca do Rio – Patamares (5,4%) e três outras RAs da Orla, outros 16,4%. A RA Itapuã, onde está localizado o Centro Administrativo, com a maior parte dos empregos da esfera estadual e grande número de órgãos federais, respondia por 12,2% dos empregos existentes. Longe da Orla, encontrava-se a RA de Brotas, com 8,3% dos postos de trabalho da capital. Juntas, essas sete RAs concentravam, em 2010, 76,5% dos empregos da cidade e apenas 37,1% da sua população.

A outra face dessa concentração fica visível nas RAs localizadas no Miolo (Pau da Lima, Tancredo Neves, Cabula, Cajazeiras e Ipitanga), na RA de Valéria e nos Subúrbios, como foi dito, espaços predominantemente povoados pelos mais pobres. Nessas sete RAs, residiam 43,7% dos habitantes de Salvador em 2010, e eram encontrados apenas 15,6% dos empregos formais do município, revelando mercados de trabalho locais restritos e a presença de elevados níveis de informalidade.

**Tabela I**  
**População e postos de trabalho por Regiões Administrativas**  
**Salvador, 2010**

Regiões Administrativas	Pessoas residentes		Postos de trabalho*		Razão de postos de trabalho/mil habitantes
	N	%	N	%	
Subúrbio	290.017	10,0	19.949	2,8	68,8
Pau da Lima (Miolo)	264.131	9,1	29.145	4,1	110,3
Tancredo Neves (Miolo)	245.230	8,5	18.284	2,6	74,6
Itapuã	235.612	8,1	86.623	12,2	367,7
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
Brotas	209.119	7,2	58.724	8,3	280,8
Pituba – Costa Azul	184.298	6,4	136.783	19,3	742,2
Itapagipe	172.921	6,0	23.163	3,3	134,0
Liberdade	172.685	6,0	16.947	2,4	98,1
Cabula (Miolo)	170.113	5,9	21.516	3,0	126,5
Cajazeiras (Miolo)	162.687	5,6	5.460	0,8	33,6
Rio Vermelho	133.571	4,6	31.154	4,4	233,2
Boca do Rio – Patamares	118.334	4,1	38.049	5,4	321,5
Centro	100.232	3,5	143.498	20,3	1.431,7
Barra	95.348	3,3	46.856	6,6	491,4
Valéria	65.073	2,2	10.698	1,5	164,4
Ipitanga (Miolo)	60.939	2,1	5.364	0,8	88,0
Ilhas	6.434	0,2	-	-	-
Total	2.899.392	100,0	708.448	100,0	244,3

Fonte: Censo Demográfico, 2010; RAIS, 2010.

\* Exclusive os não localizados

Os números da Tabela 2 mostram que a concentração dos empregos, sobretudo nas RAs do Centro, Pituba – Boca do Rio e Brotas, as três maiores “bacias de emprego formal” da cidade, ocorre em quase todas as atividades, ao contrário da RA de Itapuã, cujo destaque se deve, como visto, à concentração de empregos públicos no Centro Administrativo.



**Tabela II**

**Número e distribuição percentual de empregos formais por grande setor de atividade econômica, segundo Regiões Administrativas Salvador, 2010**

Regiões Administrativas de Salvador	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços	Total
Centro	16,9	15,6	11,1	9,2	20,4	20,3
Itapuã	5,3	6,7	1,0	2,6	14,1	12,2
Pituba/Costa Sul	12,2	17,3	44,7	10,4	13,6	19,3
Barra	16,8	4,6	2,6	1,9	7,0	6,6
Brotas	13,2	9,4	10,9	6,4	6,4	8,3
Boca do Rio/Patamares	2,3	3,3	5,8	8,6	4,7	5,4
Rio Vermelho	5,9	5,3	6,1	3,1	3,3	4,4
Pau da Lima	1,7	5,1	3,1	6,4	3,2	4,1
Cabula	1,3	2,9	1,7	5,6	2,6	3,0
Subúrbios Ferroviários	0,2	2,6	1,0	5,6	2,5	2,8
Itapagipe	2,4	6,0	0,7	5,1	2,3	3,3
Liberdade	0,5	5,2	1,0	3,1	1,5	2,4
Tancredo Neves	0,3	2,5	3,9	11,2	1,3	2,6
São Caetano	0,3	4,8	2,2	4,9	1,1	2,3
Valéria	0,0	2,1	0,3	6,5	0,9	1,5
Ipitanga	0,0	1,6	0,1	1,3	0,5	0,8
Cajazeiras	0,2	1,9	0,5	1,5	0,3	0,8
Ilhas	-	-	-	-	-	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** MTE. Rais

Nota: Exclusive os "não localizados"

Essas regiões não só apresentam elevados percentuais no total de estabelecimentos e de empregos formais como se destacam por concentrar quase todos os tipos de postos de trabalho, considerados os grupos ocupacionais e os níveis de remuneração. São bacias de emprego para todos os perfis de trabalhadores, o que só contribui para ampliar seu poder de atração de novos empreendimentos de todos os tipos, de mais postos de trabalho e de contingentes cada vez maiores de trabalhadores em detrimento de outros espaços urbanos, muito embora as deseconomias de escala geradas pelos congestionamentos estimulem o surgimento de novos espaços de concentração de atividades, em especial aquelas voltadas para o consumo empresarial e os segmentos de mais alta renda. Esse movimento, no entanto, não altera a desvantagem das áreas que concentram os segmentos mais pobres da população. Apenas novos espaços são produzidos pela indústria imobiliária, reproduzindo o padrão de segregação espacial, a exemplo da expansão recente na Avenida Paralela.

### Os efeitos da concentração

Reconhecendo a segregação socioespacial como uma das características marcantes das grandes cidades, com impactos adversos sobre a reprodução das desigualdades e sobre as condições de vida da maioria da sua população, este texto se propôs a discutir as relações entre essa segregação e o acesso ao mercado de trabalho. Para tanto, ele se reportou, inicialmente, aos efeitos mais amplos da segregação sobre o acesso a bens e serviços e às oportunidades, refletindo, a seguir, sobre a influência da localização dos postos de trabalho no território urbano quanto ao o acesso às oportunidades ocupacionais. Levando em conta as condições do mercado de trabalho e o padrão de segregação que prevalecem atualmente em Salvador, constatou-se, como

seria de esperar, que a desigualdade social é o fator preponderante na ocupação do território urbano, o que leva o comércio, os serviços e os postos de trabalho a se concentrarem na área central e em alguns poucos espaços da cidade, seguindo os deslocamentos e a proximidade das camadas de maior renda.

Assim, as grandes concentrações da pobreza urbana – Subúrbios, Valéria e a maior parte do território chamado Miolo (ver Mapa 1) – apresentam reduzido número de estabelecimentos e empregos formais, fato que dificulta o acesso de seus moradores a esses postos de trabalho mais valorizados, porque socialmente protegidos. Tais dificuldades são ainda mais acentuadas no caso dos grupos vulneráveis – a exemplo dos jovens, negros e menos escolarizados –, que, além de barreiras colocadas pela distância, pela desinformação e pelos custos do deslocamento, defrontam-se com preconceitos de toda ordem e com o estigma de residir em áreas segregadas, percebidas como associadas à violência e à criminalidade.

Ou seja, em Salvador como em outras cidades, a distribuição espacial dos empreendimentos e dos postos de trabalho socialmente protegidos constitui um aspecto relevante do processo de segregação, uma vez que os moradores das áreas pobres ficam aprisionados em espaços que não oferecem maiores oportunidades para melhorar a situação em que se encontram, sendo forçados a buscar, nos espaços privilegiados da cidade, a sua sobrevivência e as condições para tentar superar a situação de pobreza. A distância e a carência de transporte público eficiente vêm impondo a esses trabalhadores custos adicionais, ampliados nos últimos anos: o de gastar, diariamente, parte expressiva do seu dia em deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa, usando transporte coletivo caro e precário, bicicletas e motos, ou andando a pé.

A dimensão desse problema pode ser ilustrada com dados do Censo de 2010 sobre o tempo habitual de deslocamento para o trabalho despendido pelas pessoas que trabalhavam fora do domicílio e a ele retornavam diariamente, nas principais capitais brasileiras. No caso de Salvador, apenas 39,4% desses trabalhadores despendiam até meia hora, enquanto que 38,6% gastavam de meia até uma hora e 22,1% mais de uma hora. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as duas maiores metrópoles brasileiras, o percentual de moradores que gastava mais de uma hora no deslocamento entre casa e trabalho era de, respectivamente, 31,1% e 25,3%. Todas as demais metrópoles pesquisadas apresentam percentuais mais baixos de trabalhadores forçados a deslocamentos muito demorados: Belo Horizonte 16,5%, Recife 11,3%, e Porto Alegre 10%. Essas diferenças são determinadas por vários fatores, como a extensão do tecido urbano, a qualidade da rede viária e dos transportes de massa e, também, pela maior ou menor concentração das atividades produtivas no espaço metropolitano.

Sem uma política pública voltada para a desconcentração das atividades produtivas no território, o desajuste territorial entre lugares de residência e trabalho das camadas mais pobres pode, inclusive, se acentuar, uma vez que as áreas que se beneficiam da concentração de negócios reforçam sua posição de espaços prioritários para investimentos públicos e valorização imobiliária, apesar dos impactos adversos sobre a vida cotidiana da população e o funcionamento de toda cidade, notadamente em termos de congestionamento do tráfego e mobilidade urbana.

Desse modo, a valorização dessas áreas “nobres” e a maior oferta de serviços públicos e privados aí existente é também resultante do trabalho de batalhões de trabalhadores “de fora”, que não se beneficiam dessa concentração nem podem usufruir da abundância de bens, serviços e oportunidades que elas oferecem. Pelo contrário, os postos de trabalho formais a que têm acesso geralmente pagam baixos salários, porque a

maior parte desses trabalhadores encontra-se em posição de desvantagem na disputa dos melhores empregos e oportunidades aí existentes.

Esses trabalhadores que moram no “outro lado” da cidade e em áreas segregadas têm, em média, menor número de anos de estudo, e os serviços educacionais que acessam são qualitativamente inferiores àqueles desfrutados pelos residentes nas áreas de média alta e alta renda; além disso, dispõem de menos informações sobre o mercado de trabalho e as oportunidades de acesso à renda, arcando com as consequências do fato de residirem em áreas desprivilegiadas e, para a maioria, muito distantes dos pontos de concentração de empregos formais.

Embora só recentemente tenham sido percebidos por parte de pesquisadores, esses fenômenos vêm adquirindo certa visibilidade e entrando na agenda pública. Nesse sentido é que começa a ser discutida a necessidade de implementar políticas urbanas orientadas para disseminar as atividades de comércio e serviços no espaço metropolitano e multiplicar os subcentros como elementos de reequilíbrio e de relações entre os diversos fragmentos e áreas, conferindo urbanidade a toda a cidade. Políticas desse tipo, se aliadas a iniciativas para a indução de espaços de moradia menos homogêneos, que abram espaço para a convivência, em uma mesma vizinhança, entre as diferentes camadas sociais que habitam a metrópole, são indispensáveis para a redução da segregação socioespacial e, logo, para o enfrentamento da vulnerabilidade e dos estigmas que vitimizam os segmentos mais pobres da população metropolitana.

### **Referências bibliográficas**

BORGES, Ângela. Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, UFBA: 374, 2003.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G. FRANCO, T. (Org.). A perda da razão social do trabalho. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 81-93.

BORGES, Ângela. Jovens e trabalho: questões a partir da análise dos mercados de trabalho metropolitanos do Brasil. In: Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo y identidades laborales. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2009, v. II, p. 217-247.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. IN: BOURDIEU, Pierre. (Org.). A Miséria do Mundo, 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 159-204.

BURGOS, Marcelo T. B. Segregação urbana e segregação institucional. Trabalho apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, Inaiá M. M. de, PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de, PEREIRA, Gilberto Corso. Como Anda Salvador, 2ª. ed. Salvador, EDUFBA, 2008, p. 81-108.

DIEESE/SETRE. Observatório do Trabalho. <http://geo.dieese.org.br/bahia/>

FONSÊCA, Maria de Lourdes Pereira. Centralidades e políticas urbanas na cidade de São Paulo. Trabalho apresentado no XII Seminário Internacional RII – Belo Horizonte,

2012.

GOMES, Sandra, AMITRANO, Cláudio. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao emprego e desemprego. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (Orgs.). São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

RIBEIRO, Luiz César de Q., KATZMAN, Rubem. A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ, Montevideu/Uruguai: IPPES, 2008.

RIBEIRO, Luiz César de Q., KOSLINSKI, Marianne C., ALVES, Fátima, LASNAR, Christiane (Orgs.). Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2010. 334 p.

SERAVI, Gonzalo A. Segregación urbana y desigualdades em La ciudad de Mexico. EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, v. XXXIV/nº. 103/diciembre 2008, p. 93-110.

SOLIS, Patrício, PUGA, Ismael. Efectos del nivel socioeconômico de la zona de residênciã sobre el proceso de estratificaci3n social en Monterrey. Estudios Demogrãficos y Urbanos, v. 26, n. 2 (77), 2011, p. 233-265.

SOUZA, Ângela Gordilho. Limites do habitar: segregaç3o e exclus3o na configuraç3o urbana de Salvador e perspectivas no final do s3culo XX. Salvador, EDUFBA, 2000.

TORRES, Haroldo da Gama, MARQUES, Eduardo. Políticãs Sociais e Territ3rio. Uma abordagem metropolitana. S3o Paulo em Perspectiva 18(4). S3o Paulo, Fundaç3o SEADE, 2004, p. 28-30.